



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2015**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2015**

A Prefeitura Municipal de Sinop, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 15.024.003/0001-32, com sede à Avenida das Embaúbas, 1386, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Prefeito Municipal senhor **JUAREZ ALVES DA COSTA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua dos Jasmins, 149, Jardim Maringá II, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG n.º 22890212 SSP/PR e CPF/MF n.º 478.430.809-10, doravante denominada "**MUNICÍPIO**", e a empresa **F. BARROS DA SILVA - ME**, pessoa jurídica de Direito Privada, inscrita no CNPJ/MF sob o número 06.931.207/0001-66, com sede na Av. Gov. Julio Campos n.º 1397 Bairro Centro CEP 78550-000, na cidade de Sinop – Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Representante Legal senhor **FRANCISCO BARROS DA SILVA**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Av. Vitória Régia Quadra 01 Lote 03 Bairro Jardim Santa Rita, na cidade de Sinop – Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG, n.º 1234219-0 SSP/MT e CPF/MF n.º 877.779.591-15, doravante denominada "**PROMITENTE FORNECEDORA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 046/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL n.º 102/2015 – 119/2015, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Cópias de Chaves e Conserto de Fechaduras, atendendo solicitação das Secretarias Municipais**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL n.º 102/2015, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 119/2015, abaixo especificados:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	1170	UNIDADE	COPIA DE CHAVE SIMPLES	YALE	10,00	11.700,00
2	222	UNIDADE	COPIA DE CHAVE TETRA	DIVERSAS	30,00	6.660,00
3	200	UNIDADE	COPIA DE CHAVE GORJES	DIVERSAS	30,00	6.000,00
4	299	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA CARROS	DIVERSAS	38,00	11.362,00
5	75	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE MOTO	DIVERSAS	35,00	2.625,00
6	31	UNIDADE	CHAVE CODIFICADA TRANSPONDER COM TELECOMANDO	DIVERSAS	640,00	19.840,00
7	22	UNIDADE	CHAVE TELECOMANDO PANTOGRATICA	DIVERSAS	800,00	17.600,00
8	404	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA STAM OU SIMILAR	DIVERSAS	50,00	20.200,00
9	114	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA ELETRONICA	DIVERSAS	60,00	6.840,00
10	169	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA VOLKA	DIVERSAS	100,00	16.900,00
11	255	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA BLINDEX	DIVERSAS	100,00	25.500,00
12	350	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA ARMARIO	DIVERSAS	60,00	21.000,00
13	264	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA CARROS	DIVERSAS	70,00	18.480,00
14	362	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA DE GAVETA	DIVERSAS	60,00	21.720,00



15	234	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA TETRA	DIVERSAS	70,00	16.380,00
16	421	UNIDADE	COPIA MIOLO DE CHAVE	DIVERSAS	50,00	21.050,00
17	47	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA CARROS DECODIFICADA	DIVERSAS	240,00	11.280,00
18	100	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE CAMINHAO	DIVERSAS	40,00	4.000,00
19	18	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE TRATOR	DIVERSAS	40,00	720,00
20	3	UNIDADE	COPIA DE CHAVE EMPILHADEIRA	DIVERSAS	40,00	120,00
21	9	UNIDADE	COPIA DE CHAVE TOYOTA	DIVERSAS	40,00	360,00
22	25	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA ONIBUS	DIVERSAS	40,00	1.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 261.337,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Sinop/MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 102/2015 – 119/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Gabinete	200633903900000100000000 201433903900000100000000
Secretaria Municipal de Administração	201533903900000100000000 201933903900000100000000
Secretaria Municipal de Saúde	209233903900000102000000 220933903900000114017000 209433903900000114015000 209533903900000114018000 209633903900000114016000 209733903900000114017000 209933903900000114013000 210033903900000114010000 210133903900000114059000 210333903900000114017000 211433903900000114000000
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	203333903900000100000000
Secretaria Municipal de Educação	205333903900000101000000 205433903900000101000000 205633903900000101000000 205733903900000101000000 206233903900000101000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento	205033903900000100000000



Sustentável	
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	212433903900000129056000 207333903900000100000000 207633903900000129000000 208233903900000129000000
Secretaria Municipal de Diversidade Cultural	202433903900000100000000
Secretaria Municipal de Governo e Projetos Estratégicos	210533903900000100000000
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração	208833903900000100000000
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude	202933903900000100000000
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano	204133903900000100000000
Secretaria Municipal de Agricultura	204633903900000100000000
Prodeurbs	201033903900000100000000

2.5. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal 046/2007.

2.6. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.7 Os órgãos ou entidades não participantes, poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, nos termos do Decreto Municipal 046/2007.

2.8 Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, por pedido, ao limite de cada registrado na ata de registro de preços decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.9 A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Contratante, designado(a) por meio de portaria, doravante denominado Fiscal da Ata

### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

- Banco: **do Brasil**
- Agência: **4270-0**
- Conta: **C/C 6336-3**

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação



quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme solicitações efetuadas pelas Secretarias participantes deste certame, de segunda a sexta-feira, **das 8:30h às 12:30h e das 14:30h às 18:30h (Horário de Brasília/DF)**, dentro do **prazo de 01 (uma) hora** a contar do recebimento da requisição, estando sujeitos à conferência e aceite pelo funcionário responsável.

4.2. Os serviços em desconformidade serão rejeitados no ato do recebimento, devendo a empresa sanar o problema imediato, sob pena de cancelamento da compra.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

##### 5.1. Do Município:

5.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.2.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.2.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho;

5.2.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.2.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 5.3. Da Detentora da Ata:

5.3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da licitante vencedora:

5.3.2. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.3.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos ou serviços fornecidos;

5.3.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.3.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,



ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

7.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado.

7.3 Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso da empresa, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 5 (cinco) anos.

7.4. A aplicação da sanção prevista no item 7.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 7.3.1., 7.3.2., 7.3.3., principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.5. As sanções previstas nos itens 7.3.1., 7.3.2., 7.3.3., poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 7.3.4., facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.6 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.7 Da aplicação das penas definidas nos itens 7.3.1 a 7.3.4 do item 7.1, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.8 O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;



- 8.1.1** Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
- 8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- 8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
- 8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- 8.6** Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- 8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- 8.8** Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.
- 8.8.1** A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
- 8.9** A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
- 8.10** Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
- 8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
- 8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.



8.13 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para a aquisição do produto ou serviço, sem que caiba direito de recurso.

8.14 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.15 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula Sétima.

#### CLÁUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da



presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 102/2015 – 119/2015 e a proposta da empresa **F. BARROS DA SILVA - ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 046/2007 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

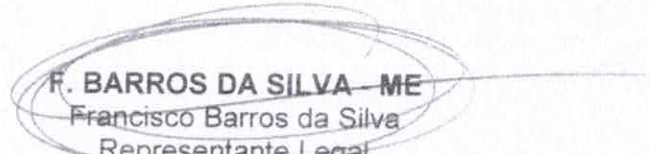
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Sinop, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


**E, POR HAVEREM ASSIM PACTUADO**, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo

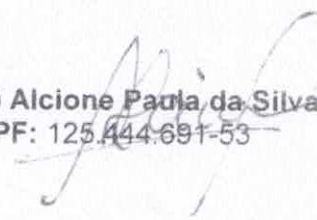
**SINOP – MT, 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**  
Juarez Alves da Costa  
Prefeito Municipal  
**MUNICÍPIO**

  
**F. BARROS DA SILVA - ME**  
Francisco Barros da Silva  
Representante Legal  
**PROMITENTE FORNECEDORA**

**TESTEMUNHAS:**

  
A) Anna Dias da Costa  
CPF: 622.113.311-49

  
B) Alcione Paula da Silva  
CPF: 125.444.691-53



**Art. 3º - Deliberar** pela aprovação do Piso de Alta Complexidade I, valor R\$ 18.000,00 a ser destinado especificamente para a OBRA SÃO VICENTE DE PAULA.

**Leia-se:**

**Art. 1º Aprovar** o Plano de trabalho da Instituição conveniada para 2016 com recursos próprios do município: OBRA SÃO VICENTE DE PAULA (R\$ 93.568,00).

**Art. 2º - Deliberar** pela aprovação do Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente, valor R\$ 40.000,00 a ser destinado especificamente para o Centro Social Menino Jesus no ano de 2016.

**Art. 3º - Deliberar** pela aprovação do Piso de Alta Complexidade I, valor R\$ 18.000,00 a ser destinado especificamente para a OBRA SÃO VICENTE DE PAULA no ano de 2016.

**Art. 4º - Esta Resolução** entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JOÃO CARLOS GIRARDI**

**PRESIDENTE - CMAS**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2015**

**VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 14/12/2015 VIGÊNCIA: 14/12/2016.**

**OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Cópias de Chaves e Conserto de Fechaduras, atendendo solicitação das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital.**

**EMPRESA DETENTORA:**

**ATA Nº. 304/2015 – F. BARROS DA SILVA - ME - CNPJ 06.931.207/0001-66, SINOP/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	1170	UNIDADE	COPIA DE CHAVE SIMPLES	YALE	10,00	11.700,00
2	222	UNIDADE	COPIA DE CHAVE TETRA	DIVERSAS	30,00	6.660,00
3	200	UNIDADE	COPIA DE CHAVE GORJES	DIVERSAS	30,00	6.000,00
4	299	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA CARROS	DIVERSAS	38,00	11.362,00
5	75	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE MOTO	DIVERSAS	35,00	2.625,00
6	31	UNIDADE	CHAVE CODIFICADA TRANSPONDER COM TELECOMANDO	DIVERSAS	640,00	19.840,00
7	22	UNIDADE	CHAVE TELECOMANDO PANTOGRATICA	DIVERSAS	800,00	17.600,00
8	404	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA STAM OU SIMILAR	DIVERSAS	50,00	20.200,00
9	114	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA ELETRONICA	DIVERSAS	60,00	6.840,00
10	169	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA VOLKA	DIVERSAS	100,00	16.900,00
11	255	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA BLINDEX	DIVERSAS	100,00	25.500,00
12	350	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA ARMARIO	DIVERSAS	60,00	21.000,00
13	264	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA CARROS	DIVERSAS	70,00	18.480,00
14	362	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA DE GAVETA	DIVERSAS	60,00	21.720,00
15	234	UNIDADE	CONCERTO DE FECHADURA TETRA	DIVERSAS	70,00	16.380,00
16	421	UNIDADE	COPIA MIOLO DE CHAVE	DIVERSAS	50,00	21.050,00
17	47	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA CARROS DECODIFICADA	DIVERSAS	240,00	11.280,00
18	100	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE CAMINHAO	DIVERSAS	40,00	4.000,00
19	18	UNIDADE	COPIA DE CHAVE DE TRATOR	DIVERSAS	40,00	720,00
20	3	UNIDADE	COPIA DE CHAVE EMPILHADEIRA	DIVERSAS	40,00	120,00
21	9	UNIDADE	COPIA DE CHAVE TOYOTA	DIVERSAS	40,00	360,00
22	25	UNIDADE	COPIA DE CHAVE PARA ONIBUS	DIVERSAS	40,00	1.000,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 261.337,00</b>						

teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço [www.sinop.mt.gov.br](http://www.sinop.mt.gov.br) Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail [licitacao@sinop.mt.gov.br](mailto:licitacao@sinop.mt.gov.br).

SINOP-MT, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

**GABINETE  
DESPACHO**

Analisando os autos da Comissão de Processo Administrativo nomeada pela Portaria nº 305/2015 e prorrogada pela Portaria nº 587/2015, destinada a apurar os fatos ocorridos na E. M. E. B. Valter Kunze atribuídos à servidora SÔNIA ARAÚJO DOS SANTOS;

Examinando os documentos apensados ao Processo, em especial o Parecer Jurídico nº 0407/2015 – AJU que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância ao amplo e irrestrito direito de defesa e a verificação de que as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do processo e a extensão das provas que o instruíram, na forma que determina o Capítulo IV, da Lei Municipal nº 254/93 e suas alterações posteriores;

**ACOLHO** a decisão expressa no Relatório Final, aplicando a pena de **REPREENSÃO** nos termos do inciso I do Art. 198 da Lei nº 254/93 à servidora SÔNIA ARAÚJO DOS SANTOS.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração para as providências necessárias.

Sinop - MT, 22 de dezembro de 2015.

**JUAREZ ALVES DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

**GABINETE**  
**EDITAL Nº 002/2015 - SELEÇÃO DE PROJETOS CO-FINANCIADOS**  
**PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**  
**ADOLESCENTE – SINOP**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SINOP – CMDCA – SINOP**

